



## TERMO DE JUSTIFICATIVA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº 040.0000206/2022.

**REFERÊNCIA:** INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2022.

**OBJETO:** Contratação de Pessoa Jurídica habilitada pelo Ministério de Saúde e Cadastrada no Sistema Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sediada no Município de Floriano/PI, com vistas à realização, de forma complementar ao SUS, dos exames e procedimento na área de Terapia Renal Substitutiva – TRS e Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia, para atender às demandas dos pacientes renais crônicos oriundos do Sistema Único de Saúde – SUS.

**FUNDAMENTO:** Art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/93.

**EMPRESA:** NEFROCLINICA LTDA, CNPJ nº. 03.448.591/0001-52.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.640.637/0001-04, com sede na Avenida Eurípedes de Aguiar, nº 592, Centro de Floriano-PI, neste ato representada pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde, a Sra. Caroline de Almeida Reis, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº. 337/2022, necessita contratar pessoa jurídica habilitada pelo Ministério de Saúde e Cadastrada no Sistema Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sediada no Município de Floriano/PI, para a realização, de forma complementar ao SUS, dos exames e procedimento na área de Terapia Renal Substitutiva – TRS e Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia, para atender às demandas dos pacientes renais crônicos oriundos do Sistema Único de Saúde – SUS.

O objeto do presente Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 021/2022, consiste na contratação da empresa **NEFROCLINICA LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº. 03.448.591/0001-52, com sede à Rua João Chico, nº 2047, Bairro Manguinha, CEP nº 64.800-002, Floriano-PI, para a realização, de forma complementar ao SUS, dos exames e procedimento na área de Terapia Renal Substitutiva – TRS e Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia.

O presente processo visa à contratação da empresa supracitada para a realização, de forma complementar ao SUS, dos exames e procedimento na área de Terapia Renal Substitutiva – TRS e Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia, tendo em vista, a necessidade contínua da execução dos serviços.

O valor para a possível execução dos serviços alcança o valor mensal de R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e Trezentos mil reais), por um período de 12 meses. Este processo requer inexigibilidade de licitação, pois é decorrente de execução exclusiva dos serviços, devido a empresa **NEFROCLINICA LTDA** ser a única no Município de Floriano a ofertar os serviços ora solicitados.

Desta forma, a contratação in caso enquadra-se na impossibilidade de licitação, conforme dispõe o caput art. 25, da Lei nº. 8.666/93:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

Neste sentido, citamos o Prof. Carlos Ari Sundfeld, que em sua obra “Licitação e Contrato Administrativo”, pág. 42, ensina que o princípio da igualdade entre os licitantes sendo um dos princípios norteadores do procedimento licitatório, indica, em seu contexto, o momento em que a Administração se encontra diante de uma disputa que é ou desnecessária ou impossível. Acrescenta o referido autor, que o supracitado artigo faz referência à impossibilidade de realização do certame licitatório pela impossibilidade de se estabelecer disputa entre licitantes.



**FLORIANO**  
GOVERNO MUNICIPAL

**SAÚDE**  
Secretaria Municipal  
de Saúde





Com o mesmo raciocínio, afirma Antônio Roque Citadini (Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas, 2a. ed., pág. 189):


“Inexistindo, assim, a possibilidade de se comparar as propostas, a realização do certame constituir-se-ia em uma farsa, não atendendo, sua realização, aos objetivos do próprio instituto da licitação”. E acrescenta o mesmo autor citando Celso Antônio Bandeira de Mello, “só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja”.

Assim, com fundamento no artigo 25, caput, da Lei nº. 8.666/93, esta Comissão de Licitação apresenta a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Floriano (PI), 11 de novembro de 2022.

  
Vicência da Silva Alcântara  
**Equipe de Apoio**

  
Ângela Emanuely Damas  
Costa  
**Presidente CPL/SMS**

  
Polyanna de Araújo Carvalho  
**Equipe de Apoio**